



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



REQUERIMENTO Nº. RQ 2190 /2016

(Do Senhor Deputado DELMASSO – PTN/DF)

L I D O
Em. 29, 11, 16
Secretaria Legislativa

Requer à Comissão de Fiscalização, Governança, Transparência e Controle – CFGTC, a realização de audiência pública, para debater sobre a securitização da dívida ativa do Distrito Federal.

Excelentíssimo Senhor Presidente CFGTC:

Requeiro, nos termos dos arts. 85 e 239 do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, a realização de audiência pública, para debater sobre a securitização da dívida ativa do Distrito Federal.

JUSTIFICAÇÃO

Importante salientar que é atribuição da comissão requerer informações com a realização de audiências públicas, conforme estatui o inciso II do § 2º do art. 68 da LODF:

Art. 68. (...)

§ 2º Às comissões, em razão da matéria de sua competência, cabe:

(...)

II – realizar audiências públicas com entidades representativas da sociedade civil;

O governo de Brasília retomou o processo de securitização de parte da dívida ativa do Distrito Federal. No dia 04/03/16 foi publicada em jornais de grande circulação da cidade a carta-convite para que instituições financeiras apresentem propostas de compra de passivos reconhecidos por inadimplentes e que começaram a ser pagos em forma de parcelamentos. 0

Sector Protocolo Legislativo

RQ Nº 2190/2016

Folha Nº 01 G.C



**CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO DEPUTADO DELMASSO**



A medida passou pelo crivo dos deputados distritais em 9 de junho de 2015, mas, em função da terceira etapa do Programa de Incentivo à Regularização Fiscal (Refis), o governo de Brasília optou por adiar o início do processo para este ano. Se a securitização fosse feita no ano passado, uma instituição financeira poderia assumir parcelamentos de um contribuinte em débito com o Executivo local e a pessoa poderia depois negociar por meio do Refis, o que traria instabilidade na hora de calcular a carteira de crédito e, conseqüentemente, incerteza ao investidor.

A securitização da dívida é vantajosa para o governo pelo fato de poder receber o valor integral das dívidas. Os lucros de quem assumir a responsabilidade dos débitos são os juros, os rendimentos e as taxas provenientes dos financiamentos. Pelas previsões do Executivo, o processo deve ser concluído em meados deste ano.

Todas as transações relacionadas à venda de carteiras de créditos serão feitas pela DF Gestão de Ativos AS, empresa pública constituída no fim de 2015 exclusivamente para gerir essas operações. O governo do DF, por meio da Secretaria de Fazenda, detém 99% do capital da empresa, e o Banco de Brasília (BRB), 1%.

Cumprе enfatizar, que a audiência pública é aberta a participação de todos os parlamentares que desejem contribuir na discussão do tema.

Pelo exposto, proclamo aos Nobres Pares a aprovação do presente requerimento.

Sala das Sessões, em.....


Deputado DELMASSO
Autor


Sector Protocolo Legislativo
RA Nº 2190 / 2016
Folha Nº 0260

Assunto: Distribuição do Requerimento nº 2.190/16.

Autoria: Deputado (a) Delmasso (PTN)

Ao SPL para indexações, em seguida a Secretaria Legislativa para inclusão na Ordem do Dia. (Art. 145, VIII do RICL).

Em 01/12/16



MARCELO FREDERICO M. BASTOS
Matrícula 13.821
Assessor Especial